

AS BIBLIOTECAS BENEDITINAS DO BRASIL: DIAGNÓSTICO PRELIMINAR¹

Cristian Brayner²

INTRODUÇÃO

Um amigo de Bonne, minúscula cidade francesa da Alta Sabóia, adora afirmar em tom de trocadilho que todo mosteiro genuinamente beneditino possui uma biblioteca valiosa: “Chez les bénédictins il y a toujours une bonne bibliothèque.” Embora essa fala me pareça um tanto ingênua – as comunidades regidas pela regra de São Bento, pela própria autonomia jurídica que as caracterizou, foram marcadas pela heterogeneidade, tanto no plano econômico e cultural, –, não se pode negar o protagonismo exercido por algumas delas, no Medievo, em relação às suas bibliotecas. Reporto-me, exclusivamente, ao papel de salvaguarda da produção intelectual da Antiguidade. Como bem ressaltou Masson e Salvan (1961, p. 11, tradução nossa), foi louvável a atividade levada a cabo pelos monges católicos em torno da reprodução e custódia de documentos, o que, sem dúvida, trouxe benefícios em diversas áreas do conhecimento: “[...] tudo ou quase tudo o que possuímos da literatura e da ciência do século de Augusto, como do século de Péricles, nos chegou pelas transcrições executadas pelos monges [...]” Os *scriptoria* dos mosteiros, como o de San Millán de la Cogolla, na Espanha, e o de Fulda, na Alemanha, ganharam notoriedade pelas cópias de obras clássicas.

O que não deixa de ser curioso é que estas mesmas comunidades monásticas dedicadas à cópia, ilustração, douração, encadernação e classificação de fontes documentais, nasceram como contraponto a certa modalidade de cultura cristã excessivamente ligada às preocupações mundanas. Esclareço que ao evocar o termo “cultura”, me reporto às obras e gestos de uma determinada sociedade, conforme proposto por Roger Chartier (2003) em *La nouvelle histoire culturelle existe-t-elle?* Portanto, enfatizo a natureza de contrapoder do monge cristão e da sua espiritualidade.

De fato, a vida ascética levada a cabo por eremitas e cenobitas, surgiu como movimento de resistência a um sistema de poder não apenas atrelado à máquina política, mas caracterizado por uma simbiose entre ambos, na qual a autoridade religiosa é usada para construir sistemas políticos eficientes. Foucault (1975, p. 64) é claro a esse respeito: “[...] o ascetismo [...] é uma espécie de elemento tático, de peça de reversão pelo qual certo número de temas da teologia cristã ou da experiência religiosa vai ser utilizado contra essa estrutura de poder.”

Que estrutura de poder foi essa, responsável pela própria construção e sustentação da identidade celestial no Medievo? Podemos citar a própria composição administrativa adotada que, aos poucos, atribuiu duplo grau de competência ao bispo. O ordinário, de fato, além de pastor das almas, era administrador dos bens temporais de suas jurisdição. A diocese, à medida que foi se agigantando, motivada, inclusive, pela grande vitalidade demográfica, assumiu feições de uma complexa máquina burocrática, levando o ordinário a investir em duas searas: primeiro, o

¹ Palestra proferida no dia 19 de setembro de 2015, durante o I Seminário de Cultura Beneditina, realizado no Mosteiro de São Bento, de São Paulo (SP).

² Doutor em Literatura, Mestre em Ciência da Informação e graduado em Biblioteconomia, Tradução, Filosofia e Letras (Língua e Literatura Francesas).

formativo, garantindo que seus auxiliares – chamados de presbíteros, curas, vigários ou deões – defendessem certo conjunto de práticas sociais culturais, tornando o cristianismo plausível por meio da penetração de seu cabedal simbólico no cotidiano da população; segundo, o político, intensificando as relações com diversos atores e entidades laicais, garantindo benesses e perpetuidade à ordem temporal, numa troca de interesses mútuos.

Neste cenário de intensa troca de favores entre instâncias políticas e religiosas, vemos surgir no seio da Igreja uma onda reformadora que, além de questionar o modo de configuração do *ethos* religioso, defendia que a renúncia ao mundo estabelecida por Jesus nos Evangelhos só poderia se dar de modo efetivo e integral, como reza São Basílio (1699), por meio do retiro à solidão, seja como eremita ou cenobita. Desse modo, miríades de homens e mulheres se dirigirão ao deserto, impelidos pela secessão, ou seja, o desejo de garantir a salvação fora do mundo corrompido e corruptível. Embora os Padres da Igreja compartilhem da ideia encabeçada por Fílon de Alexandria (1935) de que a ascese é pressuposto para a união com Deus (mística), nos deparamos com uma profusão de itinerários a esse respeito. Orígenes (2001), por exemplo, enfatiza a mortificação como estratégia para docilizar os sentidos, portal de acesso ao sobrenatural. Nesse contexto, a vida monástica seria caracterizada pela renúncia. Clemente de Alexandria (1996), por sua vez, prefere encarar a ascese como um conjunto de práticas destinado ao fomento das potências da alma.

E aqui lanço a primeira questão nessa tarde calorenta: a biblioteca tem um espaço privilegiado no monasticismo cristão, ou seria, na verdade, uma instituição que, presente no mosteiro, revelaria, em si mesma, a perda ou o desgaste do espírito ascético que marca a vida dos monges? Embora as primeiras regras monásticas elenquem a oração e o trabalho manual como práticas ascéticas por excelência, a ordenação da prática da leitura, seja de forma individual ou comunitária, e em determinados horários, bem como a necessidade de se decorar determinados textos sagrados, evidencia a presença de uma caixa de livros (βιβλίον, "livro", e θήκη, "depósito"), destinada ao uso dos religiosos. São Pacômio (1990), por exemplo, estabelece como pré-requisito para o candidato que deseje professar os votos, o conhecimento dos salmos e da regra de vida, o que nos leva a supor a existência de textos no mosteiro. São Bento (1895), por sua vez, longe de restringir a leitura à formação inicial, a concebe como prática norteadora da vida de seus monges, o que o distingue de outros legisladores monásticos, como São Basílio (1699); portanto, não se trata, simplesmente, de provar ao superior certa familiaridade com os textos sagrados, mas de converter a leitura em prática ascética regular, tão eficaz ao controle da carne quanto o trabalho nos campos. No Medievo, os beneditinos dedicam duas horas à lectio divina, exceto na quaresma, quando o superior lhe entregava um livro, estabelecendo três horas de leitura por dia (VAUCHEZ, 1994). Ressalto que a leitura no interior dos mosteiros medievais objetivava, fundamentalmente, auxiliar o monge em seu progresso espiritual, estando desvinculada, portanto, de uma pretensão claramente especulativa ou pedagógica. Entretanto, seria perigoso negar certo papel educacional e, mesmo, de pesquisa desenvolvida no claustro, como foi o caso das traduções científicas levadas a cabo por Constantino, o Africano, no século XI.

De fato, é importante observar que algumas regras monásticas sublinharam o papel da leitura na formação dos jovens religiosos e no crescimento espiritual da comunidade. Restringir-me-ei a dois exemplos: São Patrício acrescentou à “matriz curricular” de seus monges o ensino do latim e do *trivium*, bem como a atividade de transcrição de livros santos e profanos (BROWN, c2013). Cassiodoro, por sua vez, esforçou-se para criar, no ano de 550, uma espécie de universidade católica, a primeira da história, destinada a ensinar ciências religiosas e profanas, e

onde os monges ocupariam parcela do seu dia ao laborioso trabalho de copiar manuscritos (MOMIGLIANO, 1955). Mais tarde, em meados do século VII, alguns mosteiros beneditinos ingleses, como o de Jarrow, onde Beda, o Venerável, trabalhou, se tornaram centros intelectuais de relevo, graças à qualidade de seus manuscritos.

O fato é que a regra de São Bento favoreceu a reprodução e a custódia de textos antigos, bem como certa produção intelectual no interior dos mosteiros. Além disso, por assegurar certo nível de instrução aos noviços, oblatos e crianças das redondezas, os monges negros vão incorporando, no curso da Alta Idade Média, novos títulos aos seus acervos. São famosas diversas escolas monásticas dos séculos IX, X e XI – como Ferrière, Bobbio e Saint-Martial de Limoges – que se dedicaram a educar, além de seus jovens monges, membros da aristocracia e futuros bispos, num período de franca decadência das escolas episcopais.

Portanto, o que podemos concluir é que o mosteiro beneditino no Medievo possuía uma biblioteca, comumente restrita a um *armariolum* instalado no claustro, destinado à guarda dos livros para o ofício divino. Constatamos, ainda, que as bibliotecas dos mosteiros na Alta Idade Média aspiravam, fundamentalmente, preservar os seus acervos, o que, como já salientei, produziu frutos doces provados, inclusive, pela nossa geração. Embora o termo “biblioteca de conservação” exista ainda hoje, reportando-se a entidade destinada, exclusivamente, a coletar e guardar documentos, (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 34), creio que as bibliotecas monásticas da contemporaneidade devem extrapolar a missão de tutelar o conjunto de documentos que foi sendo acumulado no curso de sua história.

Não sei se os senhores notaram, mas aparece na minha fala, ainda que de forma implícita, uma suspeita de que as bibliotecas monásticas cultivam, até hoje, uma perspectiva fundamentalmente preservacionista. Embora esteja me reportando, exclusivamente, às bibliotecas vinculadas a mosteiros católicos, beneditinos, circunscritos ao Brasil e pertencentes à Congregação Brasileira, poderia correr o risco de estar sendo injusto com as comunidades religiosas em questão, já que não conheço todas elas. Embora, nos últimos anos, tenha sido acolhido calorosamente por algumas comunidades para breves retiros, minha condição de hóspede não me garante acesso à biblioteca, o que inviabiliza uma análise *in loco*. Cheguei a consultar o capítulo 53 da Santa Regra, mas nenhuma concessão a hóspedes bibliotecários. O que acabei fazendo tirar a limpo minha hipótese em relação ao estado das bibliotecas monásticas? Preparei um questionário e enviei para todas as comunidades masculinas pertencentes à Congregação Beneditina do Brasil. Escolhi os mosteiros masculinos por acreditar que receberia, prontamente, o instrumento devidamente preenchido. Enganei-me redondamente. Apenas duas comunidades me responderam. Pedi perdão a Santa Escolástica por ter subestimado suas monjas.

De todo modo, o que tenho em mãos é um cestinho contendo, apenas, um pão e um peixe. O pão é paulistano; já o peixe foi pescado no Lago Paranoá, que corta a cidade de Brasília. Sendo curto e grosso, as comunidades da Abadia de Nossa Senhora da Assunção e do Mosteiro Santa Cruz foram as únicas que responderam ao questionário. Curiosamente a primeira citada é uma das mais antigas comunidades monásticas do país e a segunda uma das fundações beneditinas mais jovens. O que elas têm em comum? O desejo de viver o espírito de Bento que, segundo destacou Thomas Merton, é caracterizado pela seriedade, o que, diga-se de passagem, se associa, intimamente à figura da biblioteca. São Bento (1895), de fato, ao apresentar aos seus monges no capítulo 48 de sua Regra o caminho para alcançar a *apatheia*, aponta a leitura espiritual como a estratégia por excelência no combate à ociosidade, inimigo da alma. Ora, não se concebe leitura sem livros, e dois ou mais livros podem ser encarados, num sentido lato, como biblioteca. É

nesse sentido que assumo o risco de afirmar que um mosteiro beneditino sem biblioteca é um engodo. Embora não falte clareza na Regra em conceber a leitura como prática ascética, similar ao trabalho agrário, a fórmula proposta por Godefroy de Sainte-Barbe, monge do século XII, sintetiza muito bem a necessidade da figura da biblioteca em um mosteiro: *claustrum sine armário, castrum sine armamentario* (um claustro sem biblioteca é uma tropa de soldados sem arma). Portanto, um monge não leitor deve ser encarado como um nécio, alguém que não aprender a manusear, adequadamente, as armas destinadas ao combate espiritual. É nesse sentido que a biblioteca se converte em espaço estratégico aos monges e monjas.

Vamos, agora, analisar parte das 49 respostas dos dois mosteiros. Em relação ao instrumento, vale esclarecer que o questionário foi dividido em três seções, a saber: 1) Identificação; 2) Organização e Administração; 3) Capital Intelectual.

A primeira seção teve por fim identificar as estratégias adotadas pelo mosteiro na construção de um cabedal simbólico e institucional de sua biblioteca que, embora sendo parte inseparável do mosteiro, semelhante, neste quesito, a enfermaria ou a portaria, tem uma natureza particular. Essa singularidade pode se expressar de diversos modos. O nome é o elemento mais latente neste campo. Enquanto a biblioteca do priorado de Brasília traz o nome de Santa Hildegarda de Bigen, a da Abadia Nossa Senhora da Assunção não adotou uma alcunha para a sua biblioteca. Embora não haja qualquer problema de a biblioteca manter o nome atrelado ao título do mosteiro, creio ser bastante razoável que bibliotecas monásticas que funcionem, também, como bibliotecas escolares e/ou universitárias, recorram a um patrono que sintetize em sua vida e obra o espírito do serviço educacional prestado pela comunidade monástica. Reitero, mais uma vez, tratar-se de uma sugestão, não uma prescrição.

O segundo aspecto desta primeira seção que considero pertinente é a necessidade de que a biblioteca busque desenvolver um site eletrônico. É evidente que em decorrência de sua relação indissociável com o mosteiro, o site da biblioteca deve se converter em uma aba da taxonomia. A taxonomia do site da Abadia garantiu uma aba exclusiva para a biblioteca, o que é louvável, mas se restringiu a apresentar um panorama da biblioteca, o que é pouco aconselhável. Embora haja no site da Faculdade São Bento, instituição administrada pelos monges, uma aba exclusiva para a biblioteca, não há qualquer link remetendo o usuário da aba “biblioteca” do Mosteiro à “biblioteca” da Faculdade. Isso, creio eu, deve ser revisto. Já o site do priorado de Brasília não faz qualquer menção à biblioteca, o que me parece mais grave. Afinal de contas, se o superior e sua comunidade decidiram criar um site, visibilizando na Internet seu mosteiro, é fundamental que enfatize a figura da biblioteca. Recordam-se: *claustrum sine armário, castrum sine armamentario*? Pois é. A máxima é aplicada, também, a espaços virtuais.

A segunda seção, por sua vez, levantou questões envolvendo a organização e administração, e foi dividida em 33 pontos. Em virtude do quesito tempo, vou me restringir a alguns deles. Em relação ao acesso à biblioteca e ao acervo, ambas possuem restrições, o que é razoável, levando-se em conta tratar de instituições privadas. Contudo, não deixa de ser interessante que somente a biblioteca da Abadia possui um regulamento normatizando o seu uso. Em razão da frequência com que as bibliotecas monásticas são procuradas, é de extrema importância que seu funcionamento seja normatizado, reduzindo, desse modo, o grau de arbitrariedade no atendimento.

Ao falar de atendimento, passamos a enfrentar um problema etimológico que a mim ainda me parece sério, pelo menos no Brasil. O que, afinal de contas, vem a ser uma biblioteca? O *Dicionário Michaelis* (2015) atribui, fundamentalmente, três significados ao verbete: coleção de

livros organizados para consulta; estante onde se acondicionam os documentos organizados; edifício onde se guarda a coleção de documentos. Pela estreiteza das definições, rechaço a tríade. Prefiro encarar a biblioteca como uma “assembléia de usuários da informação” (1981, p. 8). Quem cunhou este termo foi o bibliotecário pernambucano de nome Edson Nery da Fonseca, também oblato beneditino do Mosteiro de São Bento de Olinda. Edson Nery encarava a biblioteca não como um conjunto de livros bem ordenados, catalogados, classificados, mas um sistema destinado a atender as demandas de informação do usuário. Observamos, por meio da análise do questionário, que as duas bibliotecas não oferecem nenhum serviço ou produto exclusivo ou preferencial para alguma classe de usuário (monges, professores, abade, etc). A título de ilustração, poderia mencionar o serviço de disseminação seletiva de informação construído a partir do mapeamento de perfis.

Uma terceira questão que merece destaque é a não participação das bibliotecas citadas em redes de cooperação. O que vem a ser uma rede de bibliotecas? Um projeto comum entre duas ou mais bibliotecas destinadas a atuarem conjuntamente, visado, desse modo, reduzir custos e maximizar vantagens. Embora tenhamos redes de bibliotecas no Brasil desde a década de 1970, nossas bibliotecas monásticas não adotaram esse modo de funcionamento. Talvez as falsas ideias de que isso envolva gastos vultosos com a aquisição de *software* e outros equipamentos ou, quem sabe, limite a autonomia administrativa do mosteiro. Pessoalmente, defendo que as bibliotecas dos mosteiros firmem parcerias a longo prazo, criando mecanismos de atuação que resultem em benefícios mútuos. Os frutos do trabalho em rede são benéficos, especialmente para os mosteiros mais pobres. Citarei, apenas, três deles. O primeiro é a catalogação cooperativa, que se justifica pela simples constatação de que parte substancial do acervo de uma biblioteca monástica se repete em outra. Atualmente, cada biblioteca funciona como uma ilha, dispendendo recursos materiais e humanos para catalogar, indexar e classificar seus próprios itens bibliográficos. Em 2012 foi publicado, na França, o livro de Dom Massimo Laponi intitulado *Saint Benoît et la Vie de Famille*. Imaginemos que no curso dos três últimos anos, sete bibliotecas da Congregação adquiriram o livro, sendo a última delas o Mosteiro do Rio de Janeiro. A inexistência de uma rede exigirá por parte do bibliotecário da comunidade catalogar, indexar, classificar e elaborar um resumo indicativo de cada item bibliográfico adquirido, consumindo, desse modo seu precioso tempo em atividades já realizadas por seus irmãos beneditinos de outros mosteiros. Nesse sentido, um sistema de catalogação cooperativa tem como principal produto uma base de dados, ou, se preferirmos, um conjunto de bases de dados, reunindo as coleções dos mosteiros, evitando, desse modo, que as bibliotecas repitam atividades técnicas, otimizando recursos, inclusive o precioso tempo.

O segundo fruto benfazejo de se trabalhar em rede envolve o que designamos na Biblioteconomia como Desenvolvimento de Coleções. Trata-se, nada mais, que o conjunto de estratégias adotado por uma biblioteca na formação de suas coleções, seja inserindo ou desbastando itens bibliográficos. Se as bibliotecas monásticas passarem a atuar em rede, poderão economizar tempo e dinheiro com a aquisição de títulos, em particular de periódicos, que costumam ser muito caros, estabelecendo, por meio de critérios relativamente simples, quem deve comprar o quê. Além da prática de aquisição conjunta, é interessante as bibliotecas elaborarem listas de títulos duplicados para doação entre si, preenchendo lacunas no acervo.

A pesquisa é outra área que se beneficia com a rede. Ao trabalhar em cooperação, ao invés de uma base de dados bibliográficos isolada, teremos um catálogo coletivo, que abarcará as coleções das diversas bibliotecas que constituem o sistema. Desse modo, ao efetivar uma

pesquisa online por assunto, o usuário terá acesso aos registros bibliográficos de todas as instituições que constituem a rede, otimizando, sobremaneira, o resultado da busca. Portanto, creio que ficou claro a respeito da necessidade de que as comunidades monásticas da Congregação pensem em estreitar os laços de relações no campo das práticas biblioteconômicas, no intuito de garantir melhores serviços com o menor percentual de gastos possível. Entretanto, é importante que antes de firmar relações de parceria, cada biblioteca estabeleça sua política de desenvolvimento de coleções, firmando diretrizes claras a respeito da seleção e aquisição de material bibliográfico, e disciplinando o processo de seleção, tanto em quantidade como em qualidade, de acordo com as características dos grupos de usuários atendidos pela biblioteca.

Finalmente, na terceira seção do questionário, procurei identificar os pontos concernentes ao pessoal que atua, diretamente, no espaço da biblioteca. As duas bibliotecas estão a cargo de monges; em uma delas um professo simples gerencia a atividade, e na outra, um solene. Penso ser louvável que uma biblioteca de natureza monástica seja gerida por um religioso. Essa medida reitera o caráter monacal da biblioteca, bem como certo sentimento de conforto ao usuário, em particular o externo, que a procura. Faço, apenas, uma ressalva. Como a profissão do bibliotecário é regulamentada no país, é importante e necessário que a biblioteca atrelada à escolas e faculdades administradas pela comunidade monástica, possua, em seu corpo de pessoal, um Bacharel em Biblioteconomia. Como sabemos, o exercício da profissão de bibliotecário é exclusivo aos profissionais portadores de diploma de graduação em Biblioteconomia, expedido por instituições de ensino superior oficialmente reconhecidas, nos termos dos arts. 3º e 5º do Decreto Federal n.º 56.725/65 cumulados com o art. 2º da Lei n.º 4.084/62 e art. 3º da Lei n.º 9.674/98. Portanto, sugiro que as comunidades monásticas gestoras de colégios e centros de ensino superior, se atenham à legislação em vigor, evitando, desse modo, responder judicialmente pela prática de exercício ilegal da profissão.

Como afirmado anteriormente, o tempo curto não me permite apresentar a íntegra dos dois diagnósticos. Contudo, o que observei, em linhas gerais, é que, embora a biblioteca seja figura garantida nos mosteiros, sua constituição, seja do ponto de vista identitário/simbólico, de gestão e de capital intelectual está muito aquém do que estabelece a literatura especializada. Além dos problemas elencados, uma série de outros aspectos me preocupou: ausência de regulamento interno; mobiliário inadequado; falta de medidas antifurto ou contraincêndio; não adoção de um sistema de classificação bibliográfico; carência de controle de umidade e temperatura relativa, bem como de pragas e fundos; alto percentual de área destinada ao acervo, o que pode refletir uma carência de política no desenvolvimento das coleções.

Contudo, embora possa parecer, num primeiro momento, que o quadro das bibliotecas monásticas brasileiras seja muito sombrio, cultivo um sentimento de esperança desde o momento em que fui convidado para participar deste evento. Estou aqui na condição de bibliotecário, e minha leitura se constrói dentro dessa perspectiva. Apresentei alguns dados para as senhoras e senhores, e procurei, à luz da literatura biblioteconômica, diagnosticar as práticas adotadas pelas comunidades que responderam ao questionário. Precisamos avançar. Quais os próximos passos? Sugiro os seguintes:

1) Sensibilizar as superiores e os superiores dos mosteiros da Congregação Beneditina do Brasil a responderem o instrumento. É por meio dele que obteremos um quadro amplo e fiel das práticas adotadas pelas comunidades monásticas na gestão de suas bibliotecas. Penso que a melhor estratégia para diminuir possíveis resistências internas é ressaltar que uma parceria entre a Igreja e a Academia pode ser muito profícua quando cultivada a empatia mútua. Como bem

ênfatiçou João Paulo II (2000), embora a cultura científica, mística e humanista tenham suas particularidades, elas têm, por fim último, conduzir o homem à verdade, à bondade e à beleza.

2) Apresentar os dados já tabulados, destacando os problemas particulares e comuns das bibliotecas pesquisadas.

3) Estabelecer prioridades, ordenadas decrescentemente em função dos problemas classificados como “comuns”, firmando soluções criativas e que não envolvam gastos vultosos. Embora não tenha vocação a adivinho, profeta, místico ou qualquer coisa que o valha, aposto todas as minhas fichas que as principais dificuldades enfrentadas pelas comunidades monásticas brasileiras em relação às suas bibliotecas se referem, basicamente, ao processamento técnico do acervo. Em outras palavras, acredito que as prioridades atuais serão: a) Escolha de um *software* de gestão de acervos bibliográficos; b) Adoção de um vocabulário controlado a ser utilizado na indexação do acervo; c) Criação de uma rede de bibliotecas monásticas.

Penso, modestamente, ter algumas soluções para os dois primeiros problemas elencados. Existem excelentes *softwares* livres no mercado, como o DSpace; o ABCD, da Bireme; o Evergreen, da Biblioteca Pública da Geórgia; o Koha; e o Open Biblio. Quanto ao vocabulário controlado, instrumento basilar para a representação temática de um acervo especializado, situação em que todas as bibliotecas monásticas se encaixam, a solução é mais complicada. Não possuímos na América Latina qualquer instrumento terminológico específico para a Teologia, área do saber que ocupa a maior parte das estantes das bibliotecas monacais. A falta dessa lista de termos resulta em prejuízos na recuperação da informação, especialmente pela falta de controle dos sinônimos, aumentando, consideravelmente a presença de fontes espúrias no resultado das pesquisas. Tenho uma boa notícia em relação a esse tema: estou finalizando a elaboração de um vocabulário controlado teológico que já consumiu 400 páginas A4. Preciso, neste momento, de uma editora católica que se interesse em publicar a obra. Outra decisão a ser tomada é a criação de uma rede de bibliotecas beneditinas. Sua efetivação pressupõe, evidentemente, um diálogo claro e objetivo entre as comunidades monásticas. Estou seguro de que algum superior ou monge aqui presente, é conhecedor do itinerário mais adequado para que esta discussão progrida. Bem. São estas algumas possibilidades de atuação conjunta. Duvido que os beneditinos, célebres por seu humanismo, sepultem estas propostas ainda hoje, antes mesmo das vésperas de hoje.

Prefiro acreditar que antes da segunda edição do Seminário de Cultura Beneditina, tenhamos, no mínimo, um quadro mais delineado a respeito das bibliotecas que estão sob o cuidado das comunidades de monjas e monges. Para isso, almejo estreitar os laços com os beneditinos, a fim de reiterar a ideia de que o respeito efetivo pela cultura monástica envolve, necessariamente, uma discussão séria e continuada a respeito da adoção de medidas que garantam à biblioteca ocupar o protagonismo entre os bens culturais do Mosteiro. Desse modo, permitiremos que, por meio de uma gestão eficaz da biblioteca, os monges pratiquem, eficazmente, a ascese intelectual, - a palavra leitura é repetida doze vezes na Regra de São Bento- e, desse modo, converta seu estilo de vida em prática evangelizadora. Afinal de contas, se toda a cultura eclesial é fruto da evangelização, como negar que as bibliotecas poderão vir a ter um papel de maior destaque no diálogo com os homens, convertendo-se numa entidade simbiótica que contemple cultura humanista, religiosa e científica?

Mais uma vez, agradeço aos presentes, em particular ao abade desta comunidade, Dom Mathias Tolentino, ao organizador do evento, Dom João Baptista, e a todos os irmãos da Abadia Nossa Senhora da Assunção, pelo convite. Pax!

REFERÊNCIAS

- BASÍLIO, Santo. **Compendio de la regla de nuestro padre San Basilio Magno Arzobispo de Cesarea de Capadocia**. Madrid: Imprenta de Manuel Ruiz de Murga, 1699.
- BENTO, Santo. **La règle de saint Benoît**. Rouen: Impr. de L. Gy, 1895.
- BIBLIOTECA. In: MICHAELIS: dicionário de português online. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/biblioteca%20_916120.html>. Acesso em: 8 set. 2015.
- BROWN, Peter. **The Rise of Western Christendom**. Chichester, West Sussex: Wiley-Blackwell, c2013.
- CHARTIER, Roger. La nouvelle histoire culturelle existe-t-elle? **Cahiers du Centre de Recherches Historiques**, Paris, n. 31, p. 13-24, avril 2003.
- CLEMENTE, DE ALEXANDRIA, Santo. **Stromata**. Madrid: Ciudad Nueva, 1996.
- FÍLON DE ALEXANDRIA. **On Abraham. On Joseph. On Moses**. Harvard: Harvard University Press, 1935.
- FONSECA, Edson Nery da. Tudo o que no mundo existe começa e acaba em livro. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 5-11, 1981.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GUINCHAT, Claire; MENO, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Brasília: IBICT, 1994.
- JOÃO PAULO II. Santo. Cultura. In: JESÚS LASANTA (Org.). **Diccionario de teología y espiritualidad de Juan Pablo II**. Madrid: Edibesa, 2000. p. 350-352.
- MASSON, André; SALVAN, Paule. Le haut moyen âge et l'époque monastique. In: _____. **Les bibliothèques**. Paris: Presses Universitaires de France, 1961.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **Cassiodorus and Italian culture of his time**. London: Oxford University Press, 1953.
- ORÍGENES. **Contra Celso**. Madrid: B.A.C., 2001.
- VAUCHEZ, André. Saint Benoît et la révolution des monastères. In: BERLIOZ, Jacques. **Moines et religieux au Moyen Âge**. Paris: Le Seuil, 1994. p. 15-30.